



Comunicação Campesina alusiva ao Dia Internacional da Luta Camponesa

17 de Abril de 2026

Por uma Lei de Terras que respeite os direitos de Camponeses: Resistir, Cultivar e Transformar

O campesinato a nível global, celebra hoje, 17 de Abril – Dia da Luta Camponesa, na qual recordamos a passagem dos 30 anos do massacre de Eldorado dos Carajás, no Brasil, um ataque que dizimou 21 camponeses que lutavam pela reforma agrária. Um crime que até então, permanece impune, e nós camponeses e camponesas nos organizamos a cada 17 de Abril para prestar homenagem aos nossos companheiros e companheiras que mostraram coragem e determinação na luta pelos direitos campesinos.

O esquecimento desta data só beneficiará aqueles que continuam a nos oprimir, portanto devemos continuar unidos para celebrar esta luta, exigir justiça e fortalecer a nossa resistência.

Companheiros e companheiras!

Sabemos que a terra, as florestas e a soberania alimentar são elementos importantes para o nosso bem-estar como camponeses e base para o desenvolvimento das nossas comunidades. O direito à terra é fundamental, para que continuemos a produzir alimentos saudáveis através da agroecologia camponesa, o que contribui bastante na melhoria nos indicadores nutricionais.

Este ano celebramos o Dia Internacional da Luta Camponesa sob o Lema: ***“Por uma Lei de Terras que respeite os direitos de Camponeses: Resistir, Cultivar e Transformar”***, como forma de elevar as nossas vozes, para que os decisores políticos e gestores públicos, em particular aos Deputados da Assembleia da República que actualmente tem na agenda o processo da Revisão da Lei de Terra ouçam e respondam positivamente aos nossos anseios enquanto famílias camponesas.

Sublinhamos que neste momento está em discussão a proposta de Lei de Terras, em seguimento da Política de Terras aprovada em Novembro de 2022. Queremos aqui, mobilizar e fazer um chamamento nacional para o nosso engajamento neste processo com vista a garantirmos a observância e consideração dos direitos dos camponeses e camponesas nesta importante ferramenta para o desenvolvimento nacional.

Ao nível internacional o ano de 2026 foi declarado o Ano Internacional das Mulheres Agricultoras, pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), um momento histórico para reconhecer o papel vital das mulheres na produção de alimentos e na defesa dos seus direitos. É uma oportunidade para destacarmos o nosso trabalho e denunciarmos as diversas formas de violência que elas enfrentam tanto no meio rural como no meio urbano, incluindo os desafios no campo das Mudanças climáticas.

Companheiros e companheiras,

A Soberania alimentar é o direito das comunidades e dos povos de definirem as suas próprias políticas agrárias e alimentares sem interferências externas. Isto implica um controlo local sobre a produção, distribuição e consumo de alimentos, permitindo às comunidades escolherem as suas próprias sementes, estratégias de produção e sistemas alimentares de acordo com as suas necessidades e culturas. Além disso, procura garantir o acesso à alimentos saudáveis e culturalmente adequados, produzidos de forma ecológica e sustentável.

Esta é uma luta e sonho dos camponeses que visa também dar aos consumidores o poder de decidir o que colocar na mesa, dando prioridade aos seus interesses sobre os grandes produtores agroindustriais. Com a Soberania alimentar queremos reafirmar o nosso direito à terra, sementes, a biodiversidade e a promoção da agroecologia camponesa.

Denunciamos que os direitos e as lutas camponesas continuam a ser marginalizados, incluindo os direitos dos camponeses endossados pela UNDROP (Declaração das Nações Unidas para os direitos dos Camponeses) dos quais Moçambique é signatária, são também sistematicamente violados. Aliado a estas violações dos direitos camponeses e à luz da Revisão do quadro legal sobre terras em curso no País, queremos dizer: “Basta de expropriações e usurpação de terras”.

Rejeitamos veementemente a expulsão dos camponeses das suas terras e a ocupação de machambas para a implantação de projectos de investimento sem o devido reassentamento da população e uma compensação justa.

Exigimos: políticas públicas dignas, humanas e abrangentes que nos permitam utilizarmos melhor a terra para acabar com a fome e a desnutrição nas nossas famílias. Apelamos uma reforma do sector agrário em Moçambique centrada na Soberania Alimentar e direitos humanos, que considera as dimensões social, económica e ambiental do uso da terra e que reconhece os direitos dos camponeses e das comunidades às suas terras.

Exigimos: uma Lei de Terra que respeite os direitos das comunidades Rurais e que aposte seriamente na continuidade de uma **reforma agrária** genuinamente Moçambicana, assente na Soberania alimentar, iniciada em 1997 com a aprovação da Lei de Terras 19/97.

Demandamos por uma aposta séria no apoio, com recursos públicos a agricultura familiar (criação de condições para desenvolver a agricultura familiar camponesa e o meio rural através da dinamização de Infra-estrutura rurais, Assistência Técnica aos Camponeses/as,

facilitação de Crédito Bonificado ao sector familiar, reabilitação dos sistemas de regadio, facilitação de sistemas de agro-processamento e conservação local de produtos, acesso aos mercados a preços justos), porque esta alimenta realmente o povo.

Demandamos uma lei de terra progressista que reconheça os direitos de camponeses e camponesas no acesso, posse, uso, aproveitamento e controlo deste recurso primordial para a vida das comunidades rurais, a prevalência dos direitos consuetudinários, a obrigatoriedade da consulta comunitária, entre outros, como fundamentais na estratégia de implementação da futura Lei de terras.

Exigimos e demandamos a eliminação de qualquer modelo e/ou forma de tentativa de usurpação dos direitos camponeses a terra. Desta forma, **denunciamos todas**, iniciativas neoliberais e de capitalismo selvagem sob várias formas e/ou camuflagens, tais como trespasse e/ou colateralização, actos esses que os consideramos inconstitucionais. E sublinhamos que perante estas tentativas lutaremos até as últimas consequências tal como o fizemos durante a nobre luta que, como um POVO levamos a cabo nos anos 60/70, e que culminou com a libertação do homem e da terra.

Aproveitamos o momento da Revisão da Lei de Terras para afirmar que o direito a terra pelas Comunidades Rurais é um direito humano inalienável e indiscutível e que deve ser salvaguardada na lei em revisão.

Continuaremos a desenvolver as acções de organização e mobilização das famílias camponesas para que estejamos atentos e participemos activamente na vida social, económica e política do País.

Reafirmamos o nosso compromisso em Produzir alimentos para alimentar o Povo Moçambicano, e continuaremos firmes na nossa luta pela defesa dos nossos interesses e direitos como camponeses e camponesas de Moçambique.

Terra: Minha Vida, Meu Futuro.

Semente: Património dos Povos ao Serviço da humanidade!

Camponeses Unidos, Sempre Venceremos!

Globalizemos a Luta, Globalizemos a Esperança!

Maputo, 17 de Abril de 2026